

Caros leitores,

o presente número da Revista AGRARIA traz para o debate uma dimensão da questão agrária brasileira na atualidade para a qual a Geografia, em especial a Geografia Agrária, tem voltado seu olhar cada vez mais atento nos últimos tempos: a Questão Indígena. O tema, que por muito tempo ficou restrito às discussões antropológicas, tem conquistado cada vez mais espaço nas temáticas de pesquisas científicas nos mais variados níveis e cursos de Graduação e Programas de Pós Graduação em Geografia espalhados pelo Brasil. Além disso, tem conquistado cada vez mais espaço nos eventos científicos de Geografia e de Geografia Agrária. Assim, debater essa questão na atualidade, considerando a obstinada recusa do governo brasileiro em cumprir seu dever histórico de reconhecimento do direito desses povos a seus Territórios e, sobretudo, à titulação dos mesmos, é de fundamental importância. Neste número, a partir de diferentes olhares e abordagens, os sete artigos aqui presentes, ora abordando-a de forma mais geral, ora debruçando-se sobre um caso específico, nos propõe uma aproximação e um aprofundamento das diferentes dimensões dessa questão. A resenha que compõe o número, embora não diretamente ligada ao tema, serve de contorno para nos ajudar a pensá-lo melhor.

Abrindo a seção **Dossiê**, dois artigos tratam da questão da demarcação das Terras Indígenas do ponto de vista jurídico. O primeiro, de Pedro Calmon Holliday, intitulado *As disputas possessórias nos conflitos interétnicos: aspectos constitucionais e processuais*, trata dos procedimentos demarcatórios das Terras Indígenas, os quais são sempre precedidos de intensas disputas interétnicas de natureza possessória, que devem, por sua vez, serem solucionadas pelo Poder Judiciário. O trabalho busca evidenciar as nuances jurídicas em torno das demandas possessórias em sede de conflito de direitos indígenas sobre a terra, identificando critérios técnicos jurídicos necessários à harmonização do entrelaçamento de direitos fundamentais entre índios e não-índios.

O segundo, de Gladstone A. Brito, intitulado *Direitos e erros na demarcação de Terras Indígenas*, busca decifrar os mecanismos internos que regem a demarcação das Terras Indígenas e avaliar a importância da qualidade

técnica do Relatório Circunstanciado de Delimitação e Identificação (RCID), principal componente de um processo administrativo conduzido por um antropólogo de qualificação reconhecida.

Outros quatro artigos tratam dos povos indígenas em sua luta cotidiana para garantir sua existência e seu direito à diferença em suas terras, nem sempre reconhecidas. Layanna Giordana Bernardo Lima, em *O processo de conquista do Território dos Akwẽ-Xerente no Tocantins*, aborda as transformações sociais, econômicas e ambientais vivenciadas no território dos Akwẽ-Xerente, a partir da história de contato e conquista do território dos Akwẽ-Xerente, no Centro-Oeste do Estado do Tocantins, marcada por grandes conflitos com fazendeiros e posseiros.

Maria Lucia C. Gomide, em *Territorialidade Xavante zomori*, busca compreender os impasses colocados para a reprodução física e cultural dos povos indígenas em seus territórios, em especial dos Xavante, a partir do mito da criação. A autora considera que a demarcação do território indígena Xavante em diversas terras indígenas ilhadas e, portanto, separadas entre si, causou inúmeros conflitos socioambientais, alterando seu modo de vida.

Por sua vez, Renan Andreosi Oliveira em *A terra Xavante (mais uma vez) no caminho da mineração* analisa, a partir de um olhar sobre as atividades de mineração planejadas pela iniciativa público-privada ou apenas privada para a sub-bacia do Rio das Mortes, inserida na bacia do Araguaia, nordeste do estado do Mato Grosso, Brasil, as principais consequências da instalação de atividades econômicas de infraestrutura em Terras Indígenas (TI) ou em áreas próximas, convencionadas como Áreas de Influência Direta (AID). A análise procura apresentar as latentes pressões que o povo Xavante pode sofrer com o aumento brusco da presença de não índios nas áreas próximas à reserva, e verificar quais as possíveis consequências dessa rápida mudança em seu habitat.

Em *Os Guarani do litoral norte de Santa Catarina: tensões entre o uso da terra e a propriedade privada capitalista*, Camila Salles de Faria e Léa Lameirinhas Malina nos propõe uma leitura geográfica da ocupação do litoral norte do Estado de Santa Catarina, permeada pelo conflito entre a lógica indígena Guarani (uso e apropriação) e a capitalista (mercadoria,

lucro e acumulação das riquezas, esta última fundamentada na propriedade privada), as quais coexistem e disputam esses espaços.

Por fim, um olhar para o movimento indígena que mais tem despertado interesse por seu caráter revolucionário nos é proposto por Fabio Alkmin e Graziela Menezes, em *Territórios autônomos zapatistas: esboços de uma Geografia alternativa*. O artigo traz uma análise do surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e do seu levante público no ano de 1994, em Chiapas, México, evidenciando o ponto de destaque desse movimento em relação aos demais movimentos indígenas. Além das demandas já “tradicionais” dos povos indígenas, como a questão da permanência na terra, o movimento zapatista incluiu em sua pauta política a reivindicação por autonomia, entendida, nesse contexto, como um distinto regime jurídico-territorial capaz de permitir aos povos indígenas mexicanos o exercício concreto da autodeterminação. O artigo busca evidenciar como, ao longo dos anos, as mudanças nas relações de poder se projetaram no espaço, onde, a partir da conformação de comunidades, municípios e zonas autônomas, criaram-se governos paralelos zapatistas, operantes até a presente data.

Na seção **Resenha**, Suana Medeiros Silva nos apresenta o livro de John HOLLOWAY, *Fissurar o capitalismo*, publicado pela Publisher Brasil em 2013, no qual o autor faz uma leitura da insatisfação e da inconformidade com o capitalismo por parte de inúmeras pessoas e grupos da sociedade global. Adentrando nessa condição comum a muitos indivíduos e grupos, o autor desenvolve um debate sobre formas de romper com o capitalismo, fundamentado na teoria marxista, apesar de sua forte crítica à teoria clássica.

Esperando contribuir para a reflexão crítica e o aprofundamento das questões aqui propostas, desejamos a todos boa leitura.

Profa. Dra. Valeria de Marcos
Editora da Revista AGRÁRIA